

Declaração da Marcha Mundial das Mulheres Internacional sobre o 8 de março



Dia Internacional de Luta das Mulheres – 2012

Neste 8 de março, nós, as mulheres da Marcha Mundial das Mulheres, seguimos marchando, resistindo, e construindo um mundo para nós, os outros, os povos, os seres vivos e a natureza. Nossas ações continuam enfrentando embates com o paradigma mortal do capitalismo, com suas falsas soluções para as crises e com a ideologia fundamentalista conservadora.

Vivemos uma crise do sistema capitalista, racista e patriarcal que, para se sustentar, impõe brutais “medidas de austeridade” que obrigam a nós, os povos, a pagar por uma crise que não provocamos: são cortes nos orçamentos de todos os serviços sociais, diminuição de salários e de pensões, estímulo à guerras e avanço da mercantilização de todas as esferas da vida. Nós, as mulheres, pagamos o preço mais alto: somos as primeiras a ser demitidas e, além das tarefas domésticas mais habituais, somos obrigadas a assumir as funções antes cobertas pelos serviços sociais. Tais medidas carregam o peso da ideologia patriarcal, capitalista e racista e são expressão de políticas de incentivo para que voltemos ao mundo privado, ao mesmo tempo que estimulam o avanço da prostituição e da venda das mulheres, o aumento da violência contra nós, o tráfico e as migrações.

Denunciamos a contínua imposição de acordos de livre comércio, que tentam transformar os bens comuns como saúde, educação e água em mercadorias, e aprofundam um mercado de exploração da mão de obra barata nos países do Sul. Recusamos a cultura do consumo que empobrece mais as comunidades, gerando dependência e exterminando as produções locais.

Nos solidarizamos com as mulheres em luta na Europa, especialmente na Grécia mas também em Portugal, Galícia, Estado Espanhol, Itália e Macedônia, que estão se organizando para resistir à ofensiva neoliberal e retrógrada promovida pelas instituições financeiras e políticas – e seus próprios governos – a serviço dos interesses das corporações transnacionais. Nos solidarizamos também com todas as mulheres do Sul que enfrentam a fome, a pobreza, a superexploração do trabalho e a violência, mas que seguem construindo sua resistência.

Denunciamos o avanço da militarização em todo mundo como estratégia de controle dos nossos corpos, vidas, movimentos e territórios. A militarização garante o neocolonialismo, o novo saque e apropriação do capital sobre os recursos naturais e a manutenção do enriquecimento da indústria armamentista frente à crise. Constatamos com temor a ameaça de retorno do militarismo e do autoritarismo como valores na sociedade em diferentes países ao redor do mundo, como: no Oriente Médio, na Tunísia, Líbia e Egito, onde as mulheres e os povos continuam em luta contra todo tipo de ditadura fundamentalista e por uma verdadeira democracia; na Palestina onde as mulheres lutam contra o colonialismo e o sionismo; em diversos países Africanos – como em Senegal onde o governo se utiliza da força do exército por interesses eleitorais, ou no Mali onde grupos armados aterrorizam a população civil em sua luta pelo controle da região norte; em Honduras, México, Guatemala e Colômbia onde há processos de re-militarização; e em diversos países em Ásia-Oceania onde a presença das tropas militares dos Estados Unidos está sendo reforçada.

Nos solidarizamos com as mulheres e os povos em resistência e luta em todos os territórios que estão em guerra, sob controle militar e em risco de serem controlados, ou aqueles que vivem os impactos nefastos da presença militar estrangeira. Apesar disso, nós, mulheres, continuamos defendendo nosso território, corpo e terra da exploração dos exércitos regulares e irregulares, estatais e privados.

Denunciamos a estratégia coordenada dos meios de comunicação globalizados que buscam revigorar dogmas e valores conservadores, e que põem em risco as conquistas e avanços das mulheres em todo o mundo.

Os espaços de participação são fechados, o protesto é criminalizado, e o direito a decidir sobre nossos corpos é cerceado. Nossa autodeterminação reprodutiva está ameaçada onde a conquistamos, como, por exemplo, em diversos países da Europa (como Portugal e Espanha) e da América do Norte, nos quais o aborto é legalizado, mas este direito é atacado na prática por cortes dos orçamentos públicos que têm como alvo os hospitais e os serviços de interrupção da gravidez. Em muitos outros países, como na América Latina e vários países da Ásia-Oceania, as mulheres que abortam seguem sendo criminalizadas, como no Brasil, Japão e Vanuatu. No México, o aborto é legalizado no Distrito Federal e criminalizado no resto do país. Em Honduras, a pilula do dia seguinte foi proibida. Na Nicarágua, o aborto mesmo em situações de risco de vida para a mãe ou em casos de estupro se torna um crime através de uma Reforma Constitucional. A Rússia segue este exemplo com a primeira dama à frente de campanhas para proibir o aborto em qualquer situação. Grupos auto-intitulados “pró-vida” defendem na realidade a morte das mulheres, insultam a nós e às profissionais de saúde na América do Norte, pressionam o parlamento para rever a lei na África do Sul e impedem qualquer discussão no Paquistão.

Nos solidarizamos com todas as mulheres que seguem lutando e enfrentando conflitos com a polícia, o Estado e o poder judiciário injusto, bem como com aquelas que enfrentam a violência que sofrem.

Frente a estas situações, estamos nas ruas, temos alternativas que já estamos construindo e vivenciando. Reiteramos que seguiremos nos fortalecendo, a partir de nossos corpos e territórios em resistência, aprofundando nossos sonhos de transformações estruturais em nossas vidas e marchando até que todas sejamos livres!

Fazemos um chamado à articulação de nossos movimentos e às alianças com os outros movimentos sociais, pois só assim construiremos um mundo em liberdade.

Em todo o mundo, 8 de março de 2012